



Manuais de etiqueta e sua importância na formação das mulheres

Gláucia da Rosa do Amaral Alves* e Elsbeth Léia Spode Becker

Universidade Franciscana, R. dos Andradas, 1614, 97010-030, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: gluciadoamaral@gmail.com

RESUMO. Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Ensino de humanidade e Linguagens – UFN e procura traçar uma exposição panorâmica a respeito do processo civilizatório do Ocidente. Assim, a proposta centra-se em descrever como foram norteados os padrões de conduta e autocontrole que se tornaram requisitos fundamentais para a convivência em sociedade, e de que maneira a ideia de etiqueta e civilidade passou a ser requisito indispensável na vida das mulheres. A metodologia se caracteriza por ser de natureza qualitativa a partir de embasamento bibliográfico. Conclui-se que os manuais influenciaram na escolha e no modo de agir das mulheres, normatizando as relações de poder e gênero.

Palavras-chave: manuais; discurso; gênero.

Label manuals and their importance in the formation of women

ABSTRACT. This article is an excerpt from the master's thesis of the Postgraduate program in teaching of humanity and languages-UFN, the present work seeks to outline a panoramic exposition about the western civilizational process. Thus, the proposal focuses on describing how standards of conduct and self-control have been guided, which have become fundamental requirements for coexistence in society, and in what way the idea of etiquette and civility has become an indispensable requirement in Women's lives. The methodology is characterized by being of a qualitative nature based on the bibliographical basis. It is concluded that the manuals influenced the choice, as well as in the way of acting of the womens normalizing the relations of power and gender.

Keywords: manuals; speech; genre.

Received on July 29, 2019.

Accepted on October 21, 2019.

Introdução¹

No presente artigo pretende-se apresentar como se constituiu o conceito de civilidade no Ocidente e quais os impactos desse discurso, principalmente na vida das mulheres. O embasamento teórico caracteriza-se por ser de natureza qualitativa e bibliográfica. Para melhor compreensão, o presente trabalho foi dividido em dois momentos: 'etiqueta e civilidade: códigos de comportamento' – que apresenta uma breve contextualização de como foram consolidadas e propagadas as regras de etiqueta e civilidade no ocidente, e 'a vida das mulheres: manuais de boas maneiras' – que tenta entender quais as consequências, influências e impactos de tal discurso. Desse modo, o estudo buscou apresentar a relação dos manuais de etiqueta e civilidade e as possíveis influências no modelo desejado de feminilidade. Nesta perspectiva, ao longo do texto, buscou-se reforçar a importância de um olhar para a igualdade de direito das mulheres e, por isso, foi preciso pontuar e trazer para o eixo central do debate a condição feminina. Decorrente disso há, também, a intenção repensar como se constitui o espaço social.

Etiqueta e civilidade: códigos de comportamento

O processo civilizatório que se iniciou na Europa no século XVI, no fim da Idade Média, causou profundas rupturas na sociedade. Foram estabelecidas maneiras de ordenar as estruturas sociais, com

¹ Este artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana – UFN e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

hierarquias não baseadas somente na força, mas construídas a partir da visão de mundo e pensamento da aristocracia que, com o tempo, passaram a ser apropriadas pela burguesia.

Para Elias (1939), a luta pelo poder entre príncipes, nobreza e Igreja, ganhava, nesse cenário, mais um adversário, a burguesia que conquistará a ascensão social. Assim, tornava-se imprescindível a construção de signos que mantivessem as categorias sociais divididas. Portanto, é a partir desse contexto que surge a necessidade de reforçar a diferenciação hierárquica, caracterizada como fonte de prestígio.

Dessa maneira, o conceito de conduta aceitável surge, segundo Elias (1939), do termo *courtoisie*, nomenclatura que durante muito tempo representou as formas de comportamento dos grandes senhores feudais. Nesse ínterim, com o surgimento de nova aristocracia, a nomenclatura ‘caiu’ em desuso. Entretanto, a partir do século XVII, com a consolidação da monarquia Francesa, “[...] o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento aceitável” (Elias, 1939, p. 111).

É a partir desse entendimento que os manuais de etiqueta e civilidade passaram a ganhar visibilidade e ser sinônimo das ‘boas maneiras’ e, por meio do tão sonhado controle das estruturas corporais, mentais e emocionais, tornaram-se leitura obrigatória para aqueles pretendiam destacar-se socialmente.

Assim, esses guias trouxeram um discurso que buscou moldar e ditar as regras de sociabilidade, as posturas e as práticas que deveriam ser seguidas, cuja finalidade era reproduzir códigos de comportamento, transformando-se em referência na vida dos indivíduos, ou seja, o fio condutor para se diferenciar dos povos julgados bárbaros. Pode-se dizer que esse cenário representou o início de uma intensa busca pela construção de uma educação com um novo padrão de civilidade na Europa. Tornou-se, por isso, indispensável, a normatização dos costumes.

Nessa perspectiva, entre os séculos XVI e XVIII, as sociedades da Corte passaram a ganhar grande destaque e crescer por todos os países. Contudo, foi na França que a alta sociedade, sob o reinado de Luiz XIV, passou a ser referência ditando exigências e normas a serem seguidas. Como consequência, as pessoas que pertenciam a esse meio social precisaram aprender a falar com diplomacia, mexer-se com economia, isto é, uma nova autodisciplina.

Para Pereira (2003, p. 11), “[...] o que vai compondo a etiqueta desde a sua origem é a preocupação com marcas exteriores que distinguem ou separam camadas sociais. Aquilo que se capta no movimento dos corpos da elite, primordialmente em situações coletivas, é o que se almeja”. Por meio, dessas convicções os manuais ganham força, e tornam-se vetores para ensinar de forma didática a burguesia que estava em ascensão. Dessa maneira, a elite da época pode ser caracterizada como:

‘Elite’ então são aqueles que civilizaram seus costumes, fazendo do bom desempenho das normas contidas nos manuais de boas maneiras, livros de cozinha e guias de administração do lar, parâmetro de seu desempenho social, principalmente no que diz respeito ao comportamento à mesa e ao domínio do ‘bom gosto’. São pessoas que se preocuparam em seguir modelos de conduta, em dominar gestos e maneiras de forma a adequar-se à posição que ocupavam, ou que desejavam ocupar, na sociedade. São aqueles que, por meio do desempenho hábil do *savoir faire*, deixaram visíveis o domínio que tinham do *savoir vivre*. Pois, o bom-tom e o aparato são requisitos indispensáveis à ostentação. Diferenças se estabelecem por meio da qualidade, da quantidade e da aparência (Pilla, 2004, p. 4, grifo do autor).

Quanto mais complexa a teia “[...] de interdependências em que o indivíduo está, maior é a divisão de funções sociais, bem como o número de espaços sociais em que se estende essa teia, e maior é a ameaça ao desempenho das funções sociais” (Pilla, 2004, p. 43). Dessa forma, os manuais foram mecanismos que serviram como base para aqueles que não se enquadram em uma determinada condição social regulando os corpos por simbologias, modificando e introduzindo novos hábitos.

Assim, civilidade representa as transformações de padrões sociais que direcionam os indivíduos, de forma automática, para um único modelo considerado aceitável, ou seja, parâmetros de representações que podem ser observados ou não, tornando-se o reflexo daquilo que é apontado como ideal para a harmonia e desenvolvimento de uma sociedade.

No entendimento de Pereira (2003), essa ‘catequização’ do corpo, dos gestos e da fala representou, na vida das pessoas, imensamente mais do que a evidência do poder econômico, ou seja, consistia em algo muito especial aos nobres da época. “Os comportamentos deveriam ser, a partir de então, orientados por um conjunto de condutas bem marcadas que definiria o ‘certo’ e o que não ‘era certo’” (Pereira, 2003, p. 6, grifo do autor). Conhecer os códigos e os rituais desse processo complexo representava o ideal de civilidade e educação.

A partir desse entendimento, tal processo resultou na corporificação de atitudes, hábitos, valores e crenças. Assim, “[...] cada um aprende as condutas corporais apropriadas às diferentes situações de vida e à

sua condição social, o que faz com que o corpo ganhe um valor simbólico” (Brás, Gonçalves, & Dias, 2014, p. 112).

Dessa maneira, a História do processo civilizatório está diretamente relacionada aos valores morais e às boas maneiras. Pilla (2003), em seus estudos sobre ‘Manuais de civilidade, modelos de civilização’, argumenta que esse sistema esteve totalmente relacionado ao comportamento social, sendo assim, não pode ser exclusivamente ligado à etiqueta, mas sim às regras morais e éticas de cada indivíduo. Sua origem representa as transformações sociais e a obrigatoriedade de universalizar a etiqueta e civilidade para todos os povos.

Pilla (2003), ainda corrobora ao apresentar que, mesmo antes da imprensa escrita, “[...] já havia manuscritos latinos, franceses, ingleses, italianos, entre outros, que descreviam, em versos fáceis de memorizar, as boas maneiras. Nesse tempo ainda não se falava em civilidade ou em decoro, mas em cortesia” (Pilla, 2003, p. 1). Em resumo, essa sistemática representou o poder da sociedade Ocidental, a qual permitiu a integração dos indivíduos de forma coletiva instituindo um modelo de ordem social a ser seguido.

Para Elias (1939), a etiqueta representava um indicador de status que possibilitava diferenciar as famílias e seu poder, que vem a ser, para a sociedade da corte, sinônimo de dignidade, oportunizando-lhes benefícios e privilégios, ou seja, uma hierarquia se estabelecia pela condição social. Esse sistema de codificação do comportamento representou o controle e o poder da sociedade. “O que somos resulta das interações com o mundo num determinado momento histórico. Ele é que vai dizer o que devemos procurar fazer e ser” (Brás et al., 2014, p. 112).

Todavia, a transformação social, política e econômica, em que ocorreu o início de uma forte codificação e controle das condutas, possibilitou que a elite ganhasse espaço e, gradativamente, passasse a ser o modelo para todas as pessoas, tal como a propositura das formas de comportamento aceitáveis. Ressalva-se que tais regras não pretendiam moldar somente as ações dos indivíduos, mas os pensamentos e a consciência.

As pessoas de categoria que viviam distantes queriam se regular com essa cúpula e passaram a conhecer e seguir os mesmos códigos de comportamento. Nota-se que, por meio desse ideal de vida, os indivíduos buscavam não somente se disciplinar pelas boas condutas, mas, sim, transformar-se em exemplo de indivíduo para se inserir no almejado grupo social. Conforme Elias (1939, p. 17):

Ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos que desejavam para tomarem manifesta sua dignidade, bem como visível a hierarquia social, e fazerem todas demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição ao dependente e subordinada.

Ainda conforme Elias (1939), essa idealização de autocontrole estava fundamentada no abandono de antigos costumes considerados ‘bárbaros’. As modificações das atitudes, diferenciação das funções e relações sociais passaram a exigir um controle mais efetivo das emoções por parte dos indivíduos.

Para Elias (1939), ‘um abrandamento das pulsões’ tornara-se necessário para distinguir o ‘bem-nascido’ (civilizado) do ‘popular’ (selvagem). Revel (1991) acentua que a civilidade consistia em um mecanismo para ocultar atos considerados desagradáveis no ambiente privado. Pode-se dizer que essas transformações ocorreram gradativamente até que os indivíduos as conseguissem incorporar em seu cotidiano e naturalizassem passando de geração em geração crenças, valores e comportamentos.

Em vista disso, entende-se que o autocontrole passou a fazer parte da conduta dos indivíduos desde os primeiros anos de vida, como uma espécie de automatismo. Para Rousseau (2008), ao nascer, a criança encontra em estado natural, conforme sua interação com os indivíduos, passa a adquirir e a incorporar signos que auxiliaram em seu desenvolvimento e integração social.

Para Revel (1991), com o passar do tempo, esses manuais deixaram transparecer a preocupação que existia a respeito da construção individual em relação ao outro, ou seja, uma sociedade que vive de aparências. Assim, os indivíduos se tornaram cada vez mais reféns das boas maneiras.

Outro importante aspecto que merece ser ressaltado foi o apoio da Igreja Católica, que auxiliou e propagou, em seus cultos um discurso voltado às regras de decoro e controle sexual. Dessa maneira, os manuais adquiriram grande importância e passaram a auxiliar na sociabilidade e polidez dos indivíduos. Passaram a transmitir e a ganhar cada vez mais espaço na formação do caráter dos fiéis súditos e, dessa forma, construiu-se, a partir deles, um padrão com base nas chamadas boas maneiras, tudo em nome da ‘salvação’.

Nota-se que, essa prática não almejava somente um ideal de conduta, mas moralizar e doutrinar aquilo que era considerado correto ou desejado, isto é, um novo controle social. Esse ideal de vida permeava o

imaginário dos indivíduos que passaram a viver não somente sob as regras sociais, mas também sob o controle espiritual tornando-se cada vez mais controláveis.

Consequentemente, tais escritas se traduziam na obrigatoriedade de resolver problemas sociais, a maneira de sentir e de se expressar buscando moldar a sociedade, avançando para medidas de autocontrole, que regulavam o convívio social tornando sua aparência determinante em seu ambiente. Esse processo representou um estágio em que se pretendia reeducar o 'povo', de modo a estabelecer uma cultura de atitudes nas artes, nas ciências e, sucessivamente, em outras áreas sociais.

As civilidades visam criar entre os homens as condições de um relacionamento agradável, lícito, e cada vez conforme as forçadas exigências da religião. Assim elas impõem a seus leitores comportamentos que satisfaçam as normas de uma sociabilidade cada vez mais imperativa e insinuante (Revel, 1991, p. 185).

Nesse processo, durante Idade Moderna, identifica-se uma grande transformação de valores, em que o controle da sociedade se torna cada vez mais rigoroso por meio das práticas educativas. Com o domínio das atitudes, as pessoas passaram a ter novos hábitos e a viver em uma rede de autocontrole com normas e padrões. Não se tratava somente de controlar os outros, mas “[...] a diplomacia coletiva torna-se, assim, objeto de uma gestão pessoal e privada” (Revel, 1991, p. 170).

Tais ideias se alastraram por toda a sociedade da Europa Moderna. A civilização da corte, a que se refere Elias (1939), necessitava de condutas ‘harmônicas’ que aperfeiçoassem as relações interpessoais. Fazia-se necessário, portanto, conter e tornar ‘naturais’ gestos, sentimentos, condutas. Para isso, passou-se a divulgar regras que direcionavam os comportamentos relacionados às prescrições que iam do amanhecer à hora de dormir.

No que está relacionado ao Brasil, os manuais foram trazidos pela Corte portuguesa no final do século XVIII, com a consolidação do Império, mas ganharam força somente a partir do XIX, com a Independência do país em 1822. É a partir desse cenário que esses guias de boas maneiras passam a ser editados e reeditados, alastrando-se pelas cidades. De acordo com Rainho (1995 p. 142), essas obras chegaram ao Brasil “[...] em um momento que eram amplamente difundidas na Europa, onde eram editadas, desde o século XVI, sob a forma de tratado de cortesia, regras de moral e nas artes de agradar ou nas artes de amar”.

Por meio dessas publicações, pretendia-se difundir regras de disciplina e padronizar o comportamento da sociedade brasileira, a partir dos moldes criados pela elite europeia, tendo como principal público-alvo a classe média. Os manuais estavam organizados em suma a partir de alguns objetivos, sendo eles: moralizar e civilizar; ensinar preceitos culinários e padrões de conduta e relacionar a etiqueta às normas da civilidade cristã (Pilla, 2004). Assim os indivíduos:

Desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto-compulsão a qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tomou-se tão complexa e extensa, esforço necessário para se comportar ‘corretamente’ dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social. Mas fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tomava-se integrados (Elias, 1939, p. 196, grifo do autor).

Todavia, é a partir do século XIX que os manuais passam a representar o ideal de sociedade. O ensino de etiqueta e civilidade, na sociedade Ocidental, passou a ganhar destaque e ser recebido com grande entusiasmo pela elite que habitava o Brasil. No primeiro momento, as regras de decore e sociabilidade direcionavam-se a homens e mulheres de classe social abastada, frente a um império escravista, que busca refinar-se à moda europeia.

Conforme emergia o progresso e as transformações sociais, D. Pedro II percebia a necessidade de instrumentos que viessem auxiliar na educação e instrução das crianças. Tal fato resultou na lei 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas, consideradas como base para uma boa educação e uma sociedade civilizada. Assim, tais ensinamentos sobre regras de etiqueta e civilidade atingiram as escolas femininas. É válido ressaltar que tudo o que estava relacionado ao universo feminino, nada mais era do que catequizar ao molde da moral e dos bons costumes.

Destaca-se que essa é uma época em que se tem uma enorme preocupação com a imagem do povo brasileiro. Havia uma emergência em limpar o sujeito nacional do passado mal visto e ‘mal-dito’ pelos estrangeiros. Como a maior parte da população no século XIX se concentrava na zona rural, as famílias mais abastadas, com o intuito de diferenciarem-se das demais, acabavam recorrendo aos manuais inspirados na cultura francesa.

Tal conteúdo, na sua primeira fase, dirigia-se às instruções ligadas a arte de receber, à vida dos homens em relação à moral e à educação. Em segundo momento, com os avanços da medicina, os temas relacionavam-se à higiene da pele, da boca, do rosto, nariz, olhos, cabelos, mãos, unhas, vestuário e precauções com o sono e com o quarto de dormir. Assim, o foco dessa leitura voltava-se para as mulheres.

A partir do século XX, com a maior inserção das mulheres no espaço educacional, os manuais foram aderidos no cotidiano escolar e passaram a ser requisito obrigatório na formação de professoras nas Escolas Normais e dos currículos oficiais de instrução docente. Em virtude disso, o Estado passou a investir nestes materiais, visto que se entendia como fundamental para estabelecer e incorporar condutas e limites entre a vida privada e profissional dos professores. Assim, além de moldarem os indivíduos, serviram como norteadores de comportamento no ambiente escolar hierarquizando e definindo as regras no espaço educacional.

A vida das mulheres: manuais de boas maneiras

Por séculos acreditou-se que ‘o saber’ não deveria ser partilhado com o universo feminino, por ser uma dádiva pertencente a Deus e aos homens. É nessa perspectiva que durante anos, e ainda presente em algumas culturas atualmente, apenas os homens poderiam ser alfabetizados. Somente a partir da Reforma Protestante, que esse modelo rompeu-se se tornando necessário que homens e mulheres tivessem acesso à leitura sagrada. Atenta-se para o fato de que, para os católicos, a tradição era o mais importante, já no que está relacionado ao protestantismo, cada cristão deveria conhecer a Bíblia, por isso a importância da leitura e a necessidade da instrução feminina.

Frente a esse novo panorama social, surgiu a possibilidade da ‘instrução feminina’, porque até aquele momento a maior parte delas não tinha o direito de aprender a ler e escrever. Desde o século XVII, alguns filósofos entendiam que a educação feminina deveria ser voltada para a submissão e dominação das mulheres. Ensinar a pensar e a refletir poderia tornar-se perigoso e fora do controle, por isso, tornava-se necessário instruí-las de acordo com os desejos e anseios masculinos.

Acreditava-se que uma mulher que soubesse ler e escrever não seria aquela que melhor saberia amar. Com isso, nasce a ideia de que era preciso educar as meninas e não instruí-las. Ou instruí-las apenas no que fosse necessário para torná-las agradáveis e úteis. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe (Tomé, 2013, p. 58)

Tais ideias de submissão feminina foram fortemente reforçadas pela Igreja por meio das escrituras sagradas. Epístola aos Efésios (5: 22- 24) afirma: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor; porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos” (Bíblia, 1993).

Aqui cabe pontuar que, até o século XVIII, a imagem da mulher como mãe sendo fundamental na educação e desenvolvimento dos filhos era desconhecida. Esse modelo, conforme Nunes (2000), só se consolida a partir das obras de Rousseau, que é considerado o precursor na problematização das relações entre mãe e filho. É diante desse entendimento que se consolidara a ligação feminina com a maternidade.

Esse entendimento ganhou contornos nítidos a partir do século XIX em que emergia a construção de um novo padrão feminino, alicerçado nos interesses da sociedade e alimentado pela cultura patriarcal que determinou o que seria feminilidade para o modo de vida burguês. Essa emergência na transformação cultural e social da burguesia, segundo Nunes (2000), ocorria pelo fato de que ela não suportava mais o contato com o povo, entendendo que isso a contaminava, logo era preciso uma nova estrutura que determinasse os papéis e as relações humanas.

É a partir dessa percepção que a construção e doutrinação do ‘ideal’ de mulher irá se consolidar. Para Kehl (2016), esse seria considerado um retrocesso em relação aos avanços que se deram no século das luzes; a busca pela ‘recatada e do lar’ fez com que as mulheres reprimissem sua sexualidade e a figura do pai tornou-se o centro da organização familiar. Dentro dessa perspectiva, a autora afirmar que tudo que foge do

modelo ideal de masculinidade é negativado, logo as mulheres necessitam reprimir-se, pois tudo que não estivesse relacionado ao eixo de mãe e mulher obediente em prol da civilização era entendido como um obstáculo que a desvaloriza socialmente.

Para Nunes (2000), esse padrão desejável de mulher foi estabelecido a partir da Igreja Católica que, desde as primeiras décadas do século XIX reproduzia um discurso e pensamento cristão em que a mulher passou a ser pensada como um agente de corretivo moral no confronto com os homens, que se mantêm afastados da Igreja. Desse modo, a igreja fundamenta a valorização do papel feminino em relação à maternidade.

Outro aspecto, destacado pela autora é a participação dos médicos na construção de uma dupla imagem feminina, que enfatizam a importância da doçura, polidez e tato. Esse fator é essencial para auxiliar no controle da agressividade masculina que viria fortalecer os laços conjugais (Nunes, 2000). Desta forma, feminilidade seria o sacrifício que a mulher deveria fazer prol dos filhos e do marido. Esse sistema revela o medo da sexualidade e da autonomia feminina, logo é preciso domesticá-las, discipliná-las e, acima de tudo, controlá-las.

Conforme Del Priore (2013), essa exigência moral no Brasil se estabelece um pouco mais tarde do que na Europa. O período colonial era formado por uma grande mestiçagem, as ordens religiosas estavam estabelecidas somente no litoral e nas pequenas paróquias do interior que, em geral, tinham padres que possuíam muitos filhos. Em vista disso, quando a família Real chegou ao Rio de Janeiro encontrou uma colônia em que a vida social estava dividida entre a missa de domingo e a libertinagem, fato que perdurou até o Primeiro Reinado.

Com a emergência de uma reestruturação na organização social, os manuais de boas maneiras foram trazidos, de modo, a defender o uso de costumes mais tradicionais. Ao mesmo tempo, em que se reconheciam a importância de ampliar seu repertório de regras, com o intuito de delinear o comportamento feminino no mundo externo por intermédio da dominação masculina, da formação religiosa e da moral.

É a partir dessa configuração das estruturas privadas que as revistas de entretenimento e os manuais de boas maneiras ganham força. Com o propósito de minimizar o tédio da vida doméstica, romantizar o amor em torno do casamento e entreter a mulher brasileira foi alimentado por um novo fenômeno, denominado capitalismo. A etiqueta tornou-se uma grande aliada no controle das relações individuais. As mulheres precisavam controlar seus gestos e postura com delicadeza, vestir-se adequadamente, ou seja, acomodar o corpo feminino.

A postura submissa que se impõe às mulheres [...] revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc. [...] as pernas que não devem ser afastadas etc. e tantas outras posturas que estão carregadas de uma significação moral (sentar de pernas abertas é vulgar, ter barriga é prova de falta de vontade etc.). Como se a feminilidade se medisse pela arte de 'se fazer pequena' [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurada por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (tendo a saia uma função semelhante à sotaina dos padres) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente [...]: ora com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar etc.); ora só as permitindo à custa de precauções constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta, ou se esforçam por cobrir com o antebraço uma blusa excessivamente decotada, ou têm que fazer verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas.. [...] E as poses ou as posturas mais relaxadas, como o fato de se balançarem na cadeira, ou de porem os pés sobre a mesa, que são por vezes vistas nos homens – do mais alto escalão – como forma de demonstração de poder, ou, o que dá no mesmo, de afirmação são, para sermos exatos, impensáveis para uma mulher (Bourdieu, 2012, p. 38-40, grifo do autor).

A obrigação de silenciar o corpo e a sexualidade reestabelecem e determinam o lugar feminino na sociedade. Essa estrutura buscava a doçura, elegância e meiguice que limitam ao lar dourado, o pudor e a castidade eram requisitos essenciais. Assim, a transição do século XIX para XX é marcado por revoluções entre avanços e retrocessos, ao mesmo tempo que lutavam pela libertação do corpo passavam por repressões e forte moralismo.

Por sua vez, a estrutura da sociedade patriarcal tornou as mulheres objeto essencial para conduzir a educação da família e, como recurso para realização dessa tarefa, era preciso recorrer a materiais pedagógicos que auxiliassem no desejado modelo social. Diante disso, os manuais de comportamento eram percebidos como uma possibilidade de moralizar e padronizar a vida das mulheres traziam, como

características as mais diversas instruções tais como: o recato no tom da voz, o ar humilde e um desejado acanhamento.

Pilla (2005) relata que esses materiais ocuparam uma parte significativa do mercado editorial, embora, no caráter pedagógico, sua finalidade não se voltava mais ao ato de educar a sociedade, mas muito mais ao controle e formação do modelo feminino. Os anúncios de jornais do período colocavam tais guias como indispensáveis para aqueles que desejassem ser bem-sucedidos em sociedade, sendo representados pela idealização de um ambiente familiar feliz, acolhedor, repleto de filhos saudáveis e educados por mães dedicadas ao marido e aos afazeres domésticos. Observa-se que tornava-se necessário educar as mulheres para serem mães e esposas. Essas práticas sócias normatizam os corpos e as identidades significando a humanidade.

Del Priore (2013) corrobora essas proposições e traça um breve histórico sobre a vida das mulheres no Brasil. A autora considera que as famílias brasileiras seguiam códigos sociais que circulavam pelo Ocidente no século XIX até a virada do XX. Essas instruções vinham transcritas nos manuais de boas maneiras, nos quais se buscava manter os leitores atualizados com os modelos vigentes no Hemisfério Norte. Nesse contexto, as instruções “[...] atuavam como orientadores de modelos e ideais a serem seguidos pelo público feminino em que as camadas dominantes eram colocadas como representantes e as mais populares, como observadoras de uma experiência, na qual poderiam se espelhar” (Pereira, 2003, p. 41).

Influenciado pela cultura norte-americana e europeia, o comportamento feminino no Brasil estava fortemente moldado pelos padrões estrangeiros, o que nem sempre eram bem-vistos devido à efervescência feminista que emergia nesses lugares. Dessa maneira, os manuais de comportamento feminino no Brasil passaram a ganhar mais força, pois, por meio deles, era disseminado e propagado o discurso em torno da moral, como contrapartida ao movimento feminista.

Tornou-se necessária frente aos padrões da época, a correção das atitudes e condutas das mulheres, em virtude, de que muitas na época não se conformavam com as imposições e as ordens masculinas. Em suma, o público-alvo dessas edições passou a ser as mulheres da classe abastada, vistas como meio de perpetuação da moral e dos bons costumes. Afinal, tudo que estivesse abaixo dessa hierarquia social se tornava invisível aos olhos da sociedade.

Como já referido, no Brasil, essas obras ganham tamanho destaque e passam a ser recorde de vendas e, muitas vezes, reeditadas pelas editoras. O seu conteúdo estava voltado à preocupação com a gestão financeira do lar, ensino de noções de economia doméstica, dicas de trabalhos manuais, tais como: costura, bordado e desenho.

Apostando no crescimento e progresso da sociedade, a elite responsável pela construção do Estado Nacional acreditava na importância de civilizar o povo, e a educação seria o alicerce para esse caminho, logo, era fundamental organizar a instrução pública e ampliar para o maior número de pessoas. Somente a educação poderia colocar o Brasil ao lado das nações ‘civilizadas’. Salienta-se, no entanto, que está tão sonhada educação para todos se resumia em ler, escrever e somar.

Frente a esse cenário nos anos 1920 a 1930, esses manuais passaram a ser requisito obrigatório nas bibliotecas das escolas, “[...] na maior parte das vezes, esses livros compunham o material didático utilizado em aulas de civildade que eram ministradas como segmento dos currículos oficiais para a formação de professoras e professores do chamado ensino primário” (Cunha, 2005, p. 1).

A urgência em preparar as mulheres, de diferentes segmentos sociais, para as funções domésticas se torna imprescindível para manter a harmonia do lar e convívio social. Diante disso, é possível evidenciar que as mulheres passaram a refinar seus modos, a aprender como se portar em público, dominar as artes domésticas e do bem receber (Figueredo, 2007), enfim, distintas e apresentáveis, com o objetivo de transmitir a boa imagem de família.

A ideia de família ficava mais ampla e a mulher submetida à avaliação e à opinião de outras pessoas de fora do seu convívio familiar. A mulher das camadas mais abastadas passou a marcar presença em cafés, teatros. Mas essa vida mais livre tinha seu preço: ser constantemente vigiada pelo pai, pelo marido, pela sociedade. A mulher tinha de aprender a se portar bem nos encontros sociais, tanto em casa quanto em locais públicos (Muniz Junior, 2014).

Tais mecanismos vêm ao encontro da necessidade de controlar a vida feminina. Assim, o ideal de mulher deveria ser pensado para o âmbito do lar, e sua participação no mercado de trabalho era entendida como perigosa. Suas atividades jamais deveriam ultrapassar o lar e a maternidade.

É nessa perspectiva que a educação nos moldes tradicionais se voltou às mulheres que deveriam por ideal se dedicar com esmero aos afazeres do lar. Pinsky (1996) afirma que mulheres muito cultas, muito instruídas poderiam oferecer perigo ao casamento, ao poder masculino, ao modelo estabelecido de família. Mesmo com novas possibilidades educacionais, elas deveriam continuar seguindo o padrão de mulher ideal, esposa perfeita.

Considerações finais

Diante do contexto explanado, percebe-se que os manuais de etiqueta e civilidade foram criados com a finalidade de instruir aqueles que buscavam se diferenciar dos demais. A partir do século XIX, no Ocidente, com o processo de transformação e urbanização, os indivíduos que pertenciam a uma classe abastada recorreram aos manuais de boas maneiras a fim de se ‘europeizar’, pois isso constituía uma maneira de se autoafirmar em meio à sociedade. Com a necessidade de instalar escolas e de manter as mulheres sob o controle da dominação masculina, os manuais se tornaram leitura obrigatória para todas aquelas consideradas ‘moças de bem’, representando o modelo ideal de feminilidade. Por meio do discurso mantido nos manuais foi definido o modo de agir, falar e ser mulher.

Referências

- Bíblia. (1993). *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento* (2a. ed., J. F. de Almeida Trad.). São Paulo, SP: Sociedade Bíblica do Brasil.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina* (11a ed., M. H. P. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Brás, J. V., Gonçalves, M. L., & Dias, J. H. (2014). Pensado homem como corpo: a cunhagem simbólica em Portugal e Espanha (século 19). *Revista História da Educação*, 18(43), 1-18.
- Cunha, M. T. S. (2005). História, educação e civilidades: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960. *Revista Educação*, 30 (2), 122-138. Doi: 10.5902/19846444.
- Del Priore, M. (2013). *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil.
- Elias, N. (1939). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Figueredo, J. (2007). *Etiqueta e hospitalidade do ‘bom ton’ às ‘boas maneiras’* (Dissertação de Mestrado). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP.
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Lei de 15 de outubro de 1827. Da responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado e dos Conselheiros de Estado (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, p. 54, Vol. 1. pt. I). Recuperado em 21/11/2019 de https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38389-15-outubro-1827-566674-publicacaooriginal-90212-pl.html
- Muniz Junior, J. (2014). A gramática do comportamento: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho. *Caderno Espaço Feminino*, 27(2), 46-72.
- Nunes, S. A. (2000). *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Pereira, D. S. (2003). *Em busca do refinamento: um estudo antropológico da prática da etiqueta* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pilla, M. C. B. A. (2004). *A arte de receber distinção e poder à boa mesa 1900-1970* (Tese de Doutorado). Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Pilla, M. C. B. A. (2005). Gosto e deleite: construção e sentido de um menu elegante. *História: Questões & Debates*, 1(42), 53-69.
- Pilla, M.C. B. A. (2003). Manuais de civilidade, modelos de civilização. *História em Revista*, 9(1), 1-16.
- Pinsky, C. B. (1996). *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Rainho, M. do C. T. (1995). A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade Rio de Janeiro, século XIX. *Revista do Arquivo Nacional*, 8(12), 139-152.

- Revel, J. (1991). Os usos da civilidade. In R. Chartier (Org.), *História da vida privada: da renascença ao século das luzes* (Vol. 3). São Paulo, SP: Cia das Letras.
- Rousseau, J. (2008). *O contrato social*. Porto Alegre, L&PM.
- Tomé, D. C. (2013). *Modas e modos domésticos: os manuais de instrução femininos e a educação da mulher – décadas de 1950 e 1960* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.